

OS CAMINHOS PARA A BIBLIOTECA PÚBLICA

Luiz Tadeu Feitosa (UFCE)

A dicotomia erudição/analfabetismo sempre esteve nas entrelinhas dos discursos de inauguração de bibliotecas, fossem elas públicas ou particulares. Isso mostra a tendência da exclusão a que as bibliotecas sempre estiveram ligadas, chegando até os nossos dias como uma instituição inatingível e de acesso limitado. Generalizações a parte - até porque as raríssimas exceções só confirmam a regra - as bibliotecas sempre estiveram aquém das expectativas da sociedade e dessintonizadas da realidade.

ABSTRACT: Through an analysis of the interaction between the "Governador Pimentel Menezes Public Library" and the slum of "Poço da Draga" in Fortaleza (Brazil), this study attempts to show the polarity between public libraries and their potential underprivileged users. Both poles have their own distinctive symbology and are ruled by their own different codes which makes the dialogue between them difficult. Nevertheless, as it is suggested by this study, the Semiotics of Culture may show ways in which the two poles could get closer.

O que teria levado Chapeuzinho Vermelho a desobedecer as ordens da mãe e trilhar por um outro caminho - além da sutil interferência do lobo? O que move uma pessoa a mudar o rumo de sua trajetória mesmo desconhecendo o que encontrará pela frente?

Se pensarmos na menina enquanto criança, será fácil relacionar a alteração do caminho ao espírito de rebeldia

que caracteriza a infância. Se pensarmos nela como ser humano, entendemos o fato como a predisposição natural para a busca do novo, do desconhecido, do inusitado. Em ambas as suposições o que fica claro é, independente do caminho escolhido, a certeza de que o caminho a ser trilhado apresenta implicações que causarão efeitos, marcas e modificarão o sujeito que por ele passa.

A metáfora do caminho da floresta serve para traçar o grau de complexidade com que são feitos os caminhos, bem como toda uma ordem de coisas que podem existir entre dois pontos. Serve ainda para ilustrar a análise aqui feita acerca do caminho para a biblioteca pública.

A análise desse caminho coloca desde já em pólos opostos sujeito e objeto, ao mesmo tempo em que dificulta, pelas implicações semânticas apresentadas, a escolha do título deste trabalho: "O caminho da biblioteca"; "Um caminho para a biblioteca"; ou "A caminho da biblioteca". Analisados sem maiores cuidados, vimos que nos dois primeiros casos o caminho é preparado pelo objeto (biblioteca) para o sujeito (usuário) e no terceiro, uma iniciativa do sujeito em optar por esse caminho.

Ao usarmos o primeiro título estamos falando de um caminho pronto e acabado, sem condições de mudanças e, portanto, estático. O caminho que já existe, previamente traçado. O segundo soa como uma alternativa de caminho, um caminho a mais, logo, com maior flexibilidade de adequação entre os pólos extremos. O terceiro indica a escolha desse caminho e, portanto, a decisão parte do sujeito, ainda que não possa interferir no que irá encontrar na biblioteca.

Como vemos, em todas as alternativas, o objeto se encontra pronto, ficando as variáveis para a caminhada. Ao sujeito pouco ou nada pode ser atribuído, a não ser sua posição como meta do objeto.

É antiga a discussão do papel social da biblioteca como guardiã do patrimônio cultural da humanidade, bem como da necessidade de ela trabalhar de acordo com as necessidades informacionais dos seus usuários. No entanto, a prática tem mostrado as bibliotecas sem função definida e sempre deslocadas dos reais interesses dos seus usuários, notadamente dos potenciais. Isso se levamos em

consideração que esses interesses sejam realmente conhecidos, o que na maioria das vezes não acontece.

Não obstante todos os percalços existentes no estabelecimento de uma política voltada para a demanda - fato que analisaremos sucintamente ao longo deste trabalho - as bibliotecas e os bibliotecários têm consciência da responsabilidade para com seus usuários potenciais (aqui entendidos como todas as classes excluídas dos meios de produção cultural). Por outro lado, alguns estudos e iniciativas revelam a tendência desses usuários em verem a biblioteca como capaz de fornecer-lhes informações, a despeito de nunca a terem freqüentado.

A Semiótica da Cultura nos permitiu visualizar nessa complicada relação de biblioteca e usuários uma certa polaridade ou, para ser mais exato, uma forte relação simbólica cuja compreensão acreditamos ser possível à luz desse referencial teórico.

O presente trabalho é o resumo do nosso projeto de mestrado em Comunicação e Semiótica ora em curso na PUC-SP, que tem como objeto de análise a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel e a Favela Poço da Draga, ambas em Fortaleza, Ceará.

A proposta de estudo visa conhecer a forma de vida dos moradores da favela, o contexto sociocultural em que vivem, seus textos culturais, o imaginário coletivo e individual dessas pessoas, suas crenças, seus mitos e ritos, etc., e suas necessidades informacionais. Pretendemos, ainda, estudar a biblioteca em questão, na extremidade polar, em toda a sua extensão histórico-cultural e tentar compreender porque a comunicação entre ela e os moradores da favela não se concretiza.

Em seminário realizado pela Biblioteca Pública de Fortaleza para reavaliação das funções socioculturais da biblioteca, vimos que tanto a biblioteca vê nos segmentos populares da sociedade seus usuários potenciais, como esses segmentos vêem nela a possibilidade de encontrar respostas para as suas carências informacionais.

Na oportunidade, todas as comunidades da periferia, ali representadas, foram unânimes em reconhecer a biblioteca como capaz de fornecer-lhes informações nos níveis de sua utilidade efetiva, informações factuais e estritamente

utilitárias, a despeito de jamais terem procurado a biblioteca pública e da inexistência desse tipo de serviço naquela instituição.

Por outro lado, a biblioteca é consciente dessa responsabilidade.

Muitos são os projetos para a implementação de serviços voltados para as camadas populares, como balcão de informações utilitárias e algumas já efetivadas, como a existência de um enorme espaço físico para as manifestações culturais populares: a chamada "Sala de Convivência".

Por que então esse encontro não se dá na prática? Essa é a pergunta-chave do nosso problema.

A nosso ver, a incompatibilidade entre oferta e demanda se dá por marcas culturais fortíssimas, difíceis de serem substituídas sem maiores traumas. Ou seja, ambos os pólos têm uma simbologia própria, regem-se por códigos e regras próprios e distintos, e a eles se apegam como se os mesmos não pudessem sobreviver numa troca, numa interação. Há quem prefira explicar essa não comunicação dando nota a um dos pólos (geralmente a biblioteca), atribuindo-lhe a responsabilidade de não proporcionar contato com seus usuários, bem como todos os encargos negativos dessa não comunicação.

Acreditamos que, antes de dar nota aos pólos, antes de encontrar o pólo negativo para a busca de sua neutralidade (se é que isso é possível), é preciso compreendê-los em suas peculiaridades e, estudando seus contextos, estabelecer padrões de solução, quer pela mediação, quer pela transpolarização ou inversão dos pólos opostos. A busca do ponto de equilíbrio entre pólos opostos - ainda que efetivamente não resolva a assimetria - é possibilitada através da conversa e da presença de um interlocutor meio termo. Essa mediação requer o conhecimento de ambos os pólos e a consequência disso será a minimização da assimetria.

Mais uma vez recorremos à metáfora do caminho da floresta para ilustrar o caminho que separa biblioteca pública e usuários potenciais. Entre Chapeuzinho Vermelho e a casa da vovó existem dois caminhos, e no percurso deles, trilhas estreitas, atalhos que são verdadeiras incógnitas. Nesse espaço a percorrer há, ainda, as diferenças de objetivos entre o lobo e a menina. A estória nos mostra, entre

outras coisas, que não convém ressaltar aqui, que quando os objetivos são conflitantes os danos podem ser grandes e que a escolha do caminho, com seus atalhos e veredas, pode alterar os resultados esperados.

O mesmo acontece entre os dois pólos aqui analisados. O caminho vicinal existe. Mas por que não é transitado: É transitável? Como poderia se dar essa comunicação?

Primeiro, é preciso definir objetivos e isso tem sido tarefa exclusiva da biblioteca ao longo de sua história, sempre definindo por si e pelos seus usuários. Estes, se vistos dentro do contexto da história das bibliotecas, não estabelecem objetivos em relação a elas, pela condição de exclusão a que sempre foram submetidos. Em seu contexto sociocultural, essas pessoas têm seus objetivos e projetos de vida - ainda que os meios detentores do poder, e em escala menor, a biblioteca, desconheçam ou ignorem.

De um lado a biblioteca, suas tradições, seu valor histórico, seu caráter erudito e exclusivista, suas marcas culturais poderosas e imutáveis, seu discurso ideológico que formata o indivíduo, sua herança de preservadora do *status quo*. Do outro, as pessoas da favela, com suas necessidades básicas de subsistência, sua condição de eterna exclusão, pessoas analfabetas ou semi-analfabetas, com seus textos culturais populares, com sua cultura "menor", e eternamente acomodados em relação à vida.

Entre eles um caminho, um canal de comunicação, uma via de contato. E o paradoxo de uma vontade mútua, ainda que não explicitada, de um diálogo.

Tal encontro poderia levar a confrontos, a choque de símbolos, a uma verdadeira assimetria. A instabilidade gerada por essa assimetria, o desequilíbrio decorrente dela, inviabiliza qualquer tentativa de contato e esse parece ser o ponto nevrálgico da comunicação entre biblioteca e favela.

A cultura nos mostra que diante das assimetrias somos impulsionados para agir, somos chamados a interferir nas coisas, a buscar padrões de solução aos desafios que se nos apresentam. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

A distância desse caminho é medida numa verdadeira pluralidade de textos culturais. Ambos os pólos precisam se comunicar e isso só é possível na medida em que

abrirem um canal de comunicação. Abri-lo não significa impô-lo ao outro. Há que se definir uma política de atuação. A biblioteca pública precisa estar certa de que quer ter em seu quadro de usuários os segmentos populares da sociedade e, a partir daí, traçar estratégias de como fazê-lo de modo efetivo. Os segmentos populares devem decidir se a biblioteca ser-lhes-á útil e, em caso afirmativo, definirem o que esperam dela.

No caminho que leva à biblioteca, há que ter um elemento mediador que estimule a participação popular, contando seus textos, crenças e mitos e possibilitando que a biblioteca os conheça e os leve em consideração quando da definição de sua política de atuação. Isso possibilitará - pelo menos sob um ponto de vista - uma transpolarização, onde a biblioteca, centro de disseminação de informação, recebe informações de seus usuários, assimilando seus textos para melhor servi-los.

Seria ingênuo supor que neutralizar uma assimetria como a que se apresenta é tarefa fácil. Ambos, biblioteca e favela, se vêem através da interferência do simbólico. Toda a literatura do gênero aponta para esses percalços e eles se agigantam na medida em que as diferenças de classes são acentuadas por um dos pólos. Quanto maior as diferenças socioculturais dos usuários em relação à biblioteca, maior será a dificuldade de transitar pelo caminho que os une.

“Sei... como são necessárias as diferenças de classes.

Apenas não devam se levantar diretamente como obstáculos no meu caminho. (Goethe apud Elias, 1990)

A impulsão para agir diante das assimetrias chega ao ponto da inventividade. Assim como o lobo que se disfarça para atrair sua presa e conseguir - pela criatividade e imaginação - seus objetivos, o homem inventa símbolos para solucionar seus problemas insolúveis na primeira realidade¹. A cultura dá essa liberdade ao homem, a liberdade do

¹. A vida biológica, desprovida das relações simbólicas ou socioculturais.

imaginário², da criação de símbolos para a solução - a nível do imaginário - dos seus problemas.

Não podemos ignorar as marcas culturais que o tempo deixou, quer nas pessoas, quer nas instituições. Trazemos conosco muitas heranças, tanto biológicas como culturais. Nosso tecido sócio-biológico-cultural é composto de sinais que informam nossa predisposição para determinadas ações e comportamentos. Assim sendo, parece difícil resolver uma assimetria cujos motivos estão eminentemente ligados à formação e textura dos lados em oposição.

Entre bibliotecas públicas e seus usuários potenciais, aqueles que nunca foram recebidos por elas, além das marcas que caracterizam cada um, há o agravante de jamais ter aparecido vontade efetiva das partes de despolarizar. Bibliotecas e comunidades parecem herméticas ao diálogo e os arremedos de mediação acabam por atizar a assimetria, na medida em que já vêm armados de notas para um dos pólos.

Acreditamos que falta um quê de criatividade, intuição e afeto nessa empreitada de mediação. A cultura nos mostra que, quando impossibilitados de agir e obter resultados efetivos no plano material, temos que resolver simbolicamente.

Os processos simbólicos ajudam a superar as dificuldades tanto na primeira realidade, nossa vida biológica, como na segunda realidade ou segunda natureza, que é a realidade da criatividade, do imaginário, da cultura. *“O homem só pode compreender e dominar através dos símbolos da criação.”* (Leroi-Gourhan, 1990)

A prática milenar das bibliotecas públicas de excluir de seus serviços os segmentos populares da sociedade e a eterna alienação dessa parcela da comunidade mostram a fragilidade das propostas de solução nesse campo. A cultura está aí para provar que não é exclusividade do pensamento lógico-racional a solução das coisas. Acreditamos - ainda que nos chamem de visionários, românticos ou bruxos - que as soluções possam estar na intuição, *“nas ações substitutivas, nas ações simbólicas”*, na segunda realidade.

². A realidade da fantasia, da liberdade que o homem tem de inventar saídas, quer pelos mitos, quer pelas crenças, ritos etc.

Os próprios pólos em sua individualidade resolvem seus problemas majoritariamente através de símbolos, como veremos mais adiante.

“O homem lê a primeira realidade com olhos de um cérebro criado pela segunda realidade, de uma fantasia, de uma percepção, de um tema perceptivo que é todo marcado, não apenas pelos objetos, pelos fatos da primeira realidade, mas marcado pelos sistemas imaginativos e criativos da própria segunda realidade. Portanto, o conjunto de artifícios humanos são interferências, intervenções, são conseqüências do quarto universal (impulsão para agir)”. (Baitello Jr., informação verbal).

O homem tem uma necessidade *“física e psíquica de assegurar a apropriação do universo, pelo indivíduo ou grupo social, de realizar a inserção do homem através do aparelho simbólico, no campo movediço e aleatório que o envolve.”* (Leroi-Gourhan, 1990. p.81-82)

A mediação pressupõe a existência do terceiro elemento e este deve se apresentar como o meio termo e não como um polarizador maior. É notório o prejuízo da sociedade desassistida pelas bibliotecas públicas, que, além de marginalizada pelo Estado e pelo restante da sociedade, vê-se privada de uma atenção maior dessa instituição que se diz pública. Tal desvantagem também é sentida pela biblioteca que acaba perdendo sua identidade, visto não saber que papel ocupa na transformação da sociedade, quando todos os indícios apontam para sua responsabilidade para com os segmentos populares. A biblioteca pública perecerá se não se retroalimentar com o seu público.

É nesse sentido que entendemos necessária a interferência do simbólico nessa polaridade, que a própria relação simbólica criou. *“A força mágico-mítica da tríade resolve a assimetria através de um artifício simbólico”.*

Dissemos há pouco que as soluções no nível do simbólico são uma estratégia que tanto biblioteca como usuários usam no seu dia-a-dia. A primeira realidade é quase

sempre impiedosa. Diante disso não nos resta outra alternativa senão inventar simbolicamente. Vejamos o que fazem bibliotecas e favelados.

Moradores de favelas, sem a menor condição de sobrevivência, expostos a toda ordem de dificuldades e absolutamente excluídos da vida sociocultural da cidade, essas pessoas têm a seu único favor a criação e manutenção dos seus textos culturais, que bem poderiam ser assimilados pela biblioteca que disputa com eles quase o mesmo espaço.

“O homem, desde as primeiras formas até a nossa, inaugurou e desenvolveu a reflexão, ou seja, a capacidade para traduzir em símbolos a realidade material do mundo que o envolvia.” (Leroi-Gourhan, 1990. p.26)

Essa realidade, aqui chamada de primeira, na maioria da vezes adversa ao homem, quer pela impossibilidade natural de pleno domínio das situações da vida, quer pela inacessibilidade aos bens básicos para a sobrevivência humana (acesso à educação, saúde e alimentação, entre outros), o impele a buscar outras saídas que revertam - às vezes acontece o contrário - essa situação desfavorável. Essas saídas são encontradas no campo do imaginário, onde tudo pode ser e onde todos os problemas podem, ainda que temporariamente, ser superados.

A criação dessa nova realidade leva o homem a agir com mais liberdade. Ele rompe com as leis da natureza a ele impostas e vê a vida com os olhos da segunda realidade³, convive com ela uma relação de esperança e fé. Eliade (1992) diz que *“a fé significa a emancipação absoluta de qualquer tipo de lei natural, e, portanto, a mais elevada liberdade que o homem pode imaginar.”*

Há na vida comunitária dos bairros periféricos, apesar das desvantagens enfrentadas e inclusive por causa delas, um extraordinário exercício de imaginação. Os tempos real e mítico se comunicam numa verdadeira semiose de fatos e de textos. Longe das regras que regem o pensamento

³. A própria cultura. A realidade criada pela cultura através dos textos culturais para superar os enigmas da primeira realidade.

racional, e favelado faz uso da liberdade e cria, recria, inventa, lança mão dos recursos da segunda realidade. É isso que o alimenta, é isso que o torna corajoso e inventivo, é isso que o faz sentir-se homem. Ele interfere nas coisas, tornando-se útil e senhor de seus atos. Todas as tradições culturais de um povo estão assentadas no princípio de liberdade de expressão.

A presença dos acasos na vida nas favelas (como a ascensão social de um ou outro morador, a conquista de emprego por um outro, a conquista de um ou outro bem material individual ou coletivamente - principalmente se precedidos de ações de caráter simbólico ou de passos que cheguem ao imaginário coletivo da favela como ritualístico ou que dê margens à superstições), dos imprevistos, das situações inexplicáveis, enfim, dos fatos que causam estranheza aos moradores tem grandes chances de se tomarem rituais, principalmente quando se transformam em narrativas e se distanciam do tempo real em que ocorreram.

É só cair no tempo mítico que rapidamente são consideradas como uma intervenção sobrenatural, ganhando ares de intervenção do simbólico. Há uma enorme predisposição para a ritualização, isso porque o homem precisa de textos para explicar os percalços a que sempre é submetido. À medida que o homem interage nesse contexto mítico criado e fomentado por ele mesmo, assume um caráter religioso, um caráter mítico, ritualístico. Daí até a transformação em práticas religiosas, é um pulo.

O tempo nessas comunidades fica circunscrito às ocorrências de fenômenos ligados a ela, como por exemplo, num aspecto negativo, a presença de epidemias, enchentes ou falta de água, surto de doenças, assassinatos, batidas policiais; ou, num aspecto positivo, visitas de autoridades governamentais com o intuito - ainda que enganoso - de ver para solucionar os problemas ali existentes, ou a presença da mídia para o registro da vida da comunidade, ou ainda de entidades de classes, ou ainda de eventos populares criados pela própria comunidade, etc.

Esse tempo mítico ligado às operações da vida periférica é o que vale para os moradores. Ele substitui o tempo social. A ocorrência repetida de fenômenos na comunidade estabelece normas e seqüências temporais,

criando o que Leroi-Gourhan (1987, p.127) chama de *“simbolismo temporal”* e pelo qual os moradores se orientam, a fim de que superem as dificuldades do dia-a-dia.

A percepção ambiental dos moradores das favelas entra em choque com o que eles esperam dela e de suas vidas ao nível do simbólico. Da visão de mundo dessas pessoas, dos seus desejos e expectativas virão informações que, bem interpretadas, ajudarão enormemente a biblioteca a traçar o verdadeiro perfil desses usuários.

Também a biblioteca pública recebe a influência do simbólico. Investida dos códigos culturais que ela própria criou ao longo dos anos, essa instituição milenar trabalha com uma rede inextricável de símbolos. Símbolos que normatizam suas funções e quem dela se aproxima.

A ordem a que está imposta a biblioteca pública é a mesma que é imposta a seus usuários, a que determina quem pode ou não ser por ela atendido. A biblioteca cria uma nova realidade distante do contexto no qual se insere, distante da realidade de seus usuários, inclusive os usuários reais. Essa ordenação da biblioteca pública pode ser explicada como resposta ao isolamento a que sempre esteve submetida. Criada a partir de discursos ideologicamente mantenedores da ordem, passou ao longo dos anos despercebida inclusive pelos que a criaram.

Esse isolamento pode ser entendido como consequência da sua inofensividade à ordem vigente. Por outro lado, fechada em regras herméticas e incomunicáveis, a biblioteca foi perdendo as oportunidades que se lhe foram apresentando ao longo de sua história de reverter a ordem dominante. Por trabalhar sempre à luz das codificações, foi perecendo e deixando de ter identidade própria. Por ordenar, excluiu. Por excluir, se hierarquizou, limitando ou melhor, anulando a participação das classes populares.

O caminho que a biblioteca criou para trilhar - por comodidade o criou para facilitar-lhe a caminhada - é o mesmo que hoje dificulta sua comunicação com a comunidade. Não se levou em conta que os caminhos, assim como os textos culturais e a própria cultura, se renovam a cada instante. No campo da cultura - é inexplicável a biblioteca desconhecer isso - definir procedimentos, significa estar sempre a postos para a redefinição, uma vez que os textos culturais estão sempre se

modificando, se renovam infinitamente. Daí a necessidade de as bibliotecas públicas - até por sobrevivência - estarem sempre em contato com a sua comunidade. A biblioteca acaba por excluir esses usuários do seu campo de atuação, tamanha a distância que existe entre a compreensão que ela tem de cultura e de patrimônio cultural, seu acesso difícil e seu acervo erudito, e as culturas desses usuários, bem como o próprio preconceito que estes têm dela.

A biblioteca criou ao longo dos anos seus bens simbólicos e os defende como “patrimônio cultural da humanidade”, ainda que criado e fomentado por uma minoria.

Por outro lado, não se pode negar a participação popular na construção desse mesmo patrimônio cultural. Os excluídos das bibliotecas têm os seus bens simbólicos. Eles os criam na complexidade de seus textos culturais, na riqueza de suas crenças, na criatividade de seu imaginário, na beleza de seus rituais e na capacidade que eles têm de criar e de perpetuar mitos, de preservá-los e informá-los às gerações futuras e, sobretudo, de interferir violentamente na primeira realidade, criando sua segunda natureza e interferindo também nesta.

A construção desse patrimônio cultural se dá nessa comunicação entre os eventos reais de suas vidas e a construção do seu imaginário, da sua inventividade, da sua criatividade, elementos necessários para a preservação da própria vida. O que falta é a biblioteca entender isso como verdadeiros bens culturais e explorá-los na sua nobre tarefa de informar.

Vimos no exemplo de Chapeuzinho Vermelho como a escolha do caminho pode alterar os resultados esperados. Tal escolha pressupõe o estabelecimento de objetivos. Em nossa análise o objetivo é o encontro entre a favela e biblioteca pública, é a comunicação de ambos, é o desbravamento do caminho - ainda que isso implique uma nova ordenação, na assinatura de um contrato social em que ambas as partes tenham que abrir mão de determinados códigos. Nosso objetivo é verificar o que e até onde vai a resistência ao estabelecimento de um caminho comum às partes, de uma linguagem comum, de um encontro menos traumático entre os dois pólos opostos.

Vamos nesse período de pesquisa de mestrado viver de perto o ambiente dessas pessoas a fim de aprender melhor seus textos culturais, suas vidas e suas relações com o mundo. Vamos, ainda, analisar os discursos e a política da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, em Fortaleza, para tirarmos daí os subsídios para nossa análise.

Observaremos como são criados os textos culturais dos moradores dessa favela, como eles evoluem até serem substituídos por outros, observando onde são mantidos determinados traços, onde são perdidos outros e que influência eles têm no tecido sociocultural.

Analisaremos como a biblioteca perde a oportunidade de organizar esses textos em seu acervo cultural. Como ela poderia trabalhar com eles, ajustando-se às expectativas desses usuários bem como às novas modalidades de necessidades informacionais que se lhe apresentam por essa demanda popular. Como adequar seus serviços às demandas apresentadas na forma de pedidos factuais de informação de cunho estritamente utilitário. Como fazer desses textos um meio permanente de informação, como fazê-los circular entre os usuários da biblioteca e como, a partir deles, produzir novos documentos do gênero.

O que pretendemos com nossa análise é dar aos eventos culturais e a esses textos a sua verdadeira significação.

A comunicação entre biblioteca e público pressupõe a existência de um interesse de uma das partes, bem como o estabelecimento de um canal que viabilize isso.

A abertura de diálogo entre as partes inicia-se com a biblioteca, oferecendo-se ao público potencial, conhecendo-o em sua complexidade sociocultural e mostrando-se a ele como aliada, nutrindo por ele um interesse e estimulando-lhe a emergência de potencialidades criativas e imaginativas.

A formação do acervo pressupõe um estudo de interesses da coletividade. Tal estudo não deve ser precedido de itens pré-concebidos acerca do que seria “melhor” para eles.

Se a biblioteca pública deseja ter no seu acervo “amostras do patrimônio cultural da humanidade”, se deseja ter no seu público potencial seus verdadeiros usuários, e se deseja produzir novos documentos da cultura, se deseja que

eles escrevam sua verdadeira história, deverá se aproximar dessa coletividade e, junto com ela, viver e vivenciar sua visão do mundo.

Essa análise não pode ter um caráter avaliativo senão enquanto entendimento desse processo. Ou seja, não cabe à biblioteca dar nota às crenças e rituais dessas pessoas - o que só contribuiria para uma assimetria maior - e sim entendê-las como uma predisposição biológica e buscar os meios para proporcionar a esses usuários a reflexão de suas vidas, a sua posição como ser social, seu papel como membro de uma coletividade, bem como sua ação enquanto sujeito ativo da sociedade. Deve proporcionar-lhe meios para a criação de uma postura crítica diante dos fatos, sempre obedecendo o princípio básico de liberdade de escolha.

Como a biblioteca pode suprir as carências informacionais e de lazer dessas pessoas? A primeira sugestão que se nos apresenta é a da montagem de um acervo eminentemente popular, voltado para essas culturas e cuja montagem só seria possível com a participação efetiva desses segmentos culturais, contando suas histórias, descrevendo seus mitos e ritos, defendendo suas crenças e expondo seus temores, oferecendo seus textos e historicizando seu contexto.

O acervo não pode se voltar apenas à possibilitação de lazer, nem muito menos à tarefa funcional de prestação de informação, não. Deve ser formado e mantido com o intuito de preservar uma memória coletiva e de manter documentos que expliquem todos os porquês da existência desses textos culturais, de eles existirem e subsistirem apesar de todos os tipos de interferência, notadamente da alta cultura.

Essa documentação servirá de apoio para que a biblioteca acompanhe as transformações porque passam seus usuários potenciais. Não apenas quantificando dados, traçando gráficos estatísticos, mas compreendendo como se dá esse processo, como se dão essas semioses, quais são suas invariantes e como isso interfere na primeira e segunda realidades. Só assim, a biblioteca poderá acompanhar as transformações sociais e possibilitar sua sobrevivência enquanto instituição cultural.

Não se trata de excluir das bibliotecas públicas o erudito ou dar-lhe menor importância, trata-se de, como diz Milanese (1986), *“democratizar a oportunidade de acesso ao conhecimento”*. É bom que se ressalte o perigo que ocorre quando a idéia é transpolarizar ou anular um pólo negativo. Corre-se o risco de, através de uma nova codificação, de uma nova ordenação, aumentar a polaridade. No caso da biblioteca pública, rever o acervo no intuito de adequá-lo a uma demanda popular, por exemplo, não significa privá-lo das outras formas de registro do conhecimento, inclusive o erudito. A adequação de um acervo ao seu público será maior na medida em que maiores forem as opções de acesso ao conhecimento, sempre observados os reais interesses de seus usuários.

A biblioteca precisa ampliar seu campo de atuação e se a parte da comunidade desassistida por ela ainda assim mostrar-se desinteressada no diálogo, terá sido por motivos que merecem o devido respeito, não obstante careça de um estudo mais aprofundado acerca das causas que provocam tal desinteresse. O que não podemos é trabalhar com conjecturas a respeito dessa assimetria em que se encontram biblioteca e usuários potenciais, na ausência de estudos sérios de análise comportamental de ambas as partes. Há que se tentar entendê-la e verificar se há necessidade e possibilidade de introduzir aí um elemento mediador, se isso é importante, quem seria e de onde viria essa mediação e se isso iria ajudar essa polaridade.

Os pontos que levantamos aqui são frutos do nosso primeiro contato com a Semiótica da Cultura e do livre exercício de relações com um assunto que há algum tempo nos prende a atenção. As discussões amiúde acerbadas sobre as diferenças gritantes entre o que as nossas bibliotecas públicas oferecem e o que realmente delas esperam seus usuários potenciais revelam a fragilidade com que o assunto vem sendo tratado.

Concordamos plenamente com os que defendem a participação efetiva da biblioteca na vida das comunidades e de um estudo de comunidade como pressuposto para a ação da biblioteca. Só não queremos que as discussões parem por aí. Se há tentativas de aproximação entre as partes e a prática revela o contrário, é porque algo mais forte impede o contato.

Sugerimos a busca do elemento mediador. Um elemento imparcial, desprovido de julgamentos, que não traga consigo marcas evidentes de um dos pólos. É difícil não deixar nas nossas análises marcas da nossa formação, índices de nossa percepção das coisas. Daí estarmos sempre mediando - ainda que inconscientemente - a favor do que consideramos certo. Sentimos isso quando lemos os escritos sobre o assunto que ora enfocamos. Ora, ao defendermos uma biblioteca voltada para o popular trazemos conosco sentimentos que nos incomodam ao ver os segmentos populares desassistidos e logo tentamos vender a idéia da aproximação, sem uma análise do que isso representará para as partes em questão. O que para nós parece óbvio, pode não ser para as partes envolvidas. É nesse sentido que defendemos um estudo detalhado das marcas culturais tanto das bibliotecas, como dos seus usuários potenciais.

Todo o resultado dessa tentativa de transpolarização terá como início a escolha do caminho a seguir. Portanto, o caminho para a biblioteca pode não levar a ela, assim como o caminho que leva ao usuário pode não encontrá-lo. A condição *sine qua non* para o desbravamento do caminho está na escolha de sua trajetória.

Além disso, há que se definir os objetivos e estar preparado para romper com as marcas culturais que propiciam o embate entre as partes. Como sabemos que esse rompimento significa perdas, é improvável - e a prática tem mostrado isso - que ele aconteça sem o acirramento entre as partes.

A Semiótica da Cultura aponta para os caminhos que podem levar a essa aproximação entre biblioteca pública e segmentos populares da sociedade: a mediação pode ser um deles. No entanto, só a partir de um bom diagnóstico das partes envolvidas pode-se resolver a assimetria.

Estamos conscientes do trabalho que teremos para essa empreitada. Sabemos não ser uma tarefa fácil e para o seu início dispomos do tempo que reservamos para o mestrado. A partir dele iniciaremos nossa caminhada e, como Chapeuzinho Vermelho, estaremos abertos e prontos para adentrarmos em qualquer caminho, ainda que ele nos leve ao lobo.

BIBLIOGRAFIA

- CASA NOVA, Vera Lúcia. *Cordel e biblioteca*. Rev. da Esc. de Bibliotec. UFMG, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 7-13, mar. 1982.
- COELHO NETO, José Teixeira. *Usos da cultura: políticas de ação cultural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CONNOR, Steven. *Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1993.
- ELIADE, Mircea. *Mito do eterno retorno*. São Paulo: Mercuryo, 1992.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- FERRARA, Lucrécia D'Alessio. *Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- FLUSSER, Victor. *Uma biblioteca verdadeiramente pública*. Rev. da Esc. Bibliotec. UFMG, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 131-8, set. 1980.
- LEROI-GOURHAN, André. *O gesto e a palavra*. Lisboa: Edições 70, 1987, v. 2 Memórias e ritmos.
- _____. *As religiões da pré-história*. Lisboa: Edições 70, 1990
- MILANESI, Luiz. *A casa da invenção*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- _____. *Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *O paraíso via Embratel*. São Paulo: ECA/USP, 1977. (Tese de Mestrado).

MUELLER, Suzana P. M. *Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca*. Rev. da Esc. de Bibliotec. UFMG, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 7-54, mar. 1984.

NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. *Biblioteca pública: a ambivalência de seu papel*. Rev. da Esc. de Bibliotec. UFMG, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 222-48, set. 1986.

ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade*. São Paulo: Siciliano, 1991.

RABELLO, Odília Clark P. *Da biblioteca pública à popular: análise das contradições de uma trajetória*. Rev. da Esc. de Bibliotec. UFMG, v. 16, n. 1, p. 19-42, mar. 1987.